

O IMPACTO DA ESCRITA NA SOCIEDADE WAIMIRI-ATROARI

Stephen G. Baines¹

Abstract

This article examines the impact of the written word on the Waimiri-Atroari, an indigenous people who live in the north of Amazonas and south of Roraima States. I briefly outline the history of interethnic contact of these people with segments of the national society, and the process of colonization, which includes the colonization of their language. I then focus a new style of Indian policy administration subordinated to the large-scale economic development interests of big companies, which I call "entrepreneurial Indian policy", reinforced by an intensive marketing campaign at the national and international level, incorporating some Waimiri-Atroari into the propaganda to make it appear that the company funded assistance programme has "saved" the Waimiri-Atroari from extinction.

Histórico e situação atual dos Waimiri-Atroari

Os Waimiri-Atroari, grupo indígena da família linguística Carib, que se referem a si mesmos como *ki?nrja* (gente), habitam uma região de floresta tropical no norte do Amazonas e sul de Roraima, nas bacias dos rios Alalaú, Camanaú, Curiuaú e o Igarapé Santo Antônio do Abonari. Após uma longa história de invasões violentas² do seu território, estreitamente relacionadas às flutuações dos preços no mercado internacional de produtos florestais como castanha-do-pará, balata (espécie de látex), peles de ariranha e jacaré e madeira, a população dos Waimiri-Atroari foi reduzida a aproximadamente 332 pessoas em 1983 (Baines, 1991a:78)?. A partir de 1983, a população vem-se recuperando rapidamente e, em 1990, estava acima de 400 indivíduos. Com pequenas variações de dialeto entre grupos locais, os Waimiri-Atroari falam a mesma língua.

1. Prof. Adjunto do Departamento de Antropologia, UnB, e pesquisador do CNPq. Uma versão deste trabalho foi apresentada no Seminário Nacional de Alfabetização, Práticas de Letramento na Comunidade, realizado na Universidade de Brasília, 17,18e 19 de abril de 1995, coordenado pela Profa. Izabel S. Magalhães.

2. A história de massacres documentada a partir de meados do século passado (Barbosa Rodrigues, 1885; Payer, 1906; Hübner & Koch-Grünberg, 1907; Bandeira, 1926; nos Relatórios da Província do Amazonas, e nos relatórios do S.P.1. e da FUNAI). Um massacre nas aldeias do rio Jauaperi em 1856, realizado pelo major Manoel Pereira de Vasconcellos e 50 guardas nacionais, marcou o início de 30 anos de luta e expedições militares. Barbosa Rodrigues estabeleceu contatos não bélicos e fundou um aldeamento em 1885. Conflitos posteriores incluem o envio de 50 soldados de polícia em 1905, que mataram 283 indígenas, levando 18 presos.

3. Estimativas da população Waimiri-Atroari no passado variam muito. Seu território era muito mais extenso, abrangendo as bacias dos rios Jauaperi e Uatumã, em que desembocam, respectivamente, o rio Alalaú e o Igarapé Santo Antônio do Abonari. Na segunda metade do século passado, Barbosa Rodrigues (1885:149; 241) estimou a população indígena do vale do rio Jauaperi, atualmente despovoado de índios, em 2.000 pessoas. Discuto abaixo as estimativas da população Waimiri-Atroari.

Até a metade deste século eram esporádicas as invasões por regionais, tanto as espontâneas como as dirigidas pelo governo local, e a invasão e ocupação permanente do território indígena restringiram-se ao vale do rio Jauaperi. A partir do final da década de 1960, o Governo Federal iniciou uma ocupação maciça do território Waimiri-Atroari através de grandes projetos de desenvolvimento regional.

Nos anos 1972-1977 esse território foi cortado com a construção da estrada BR-174 que liga Manaus a Boa Vista, seguida pela implantação da mina de estanho de Pitinga do Grupo Paranapanema⁴, a construção da hidrelétrica de Balbina pela ELETRONORTE⁵, e colonização através de projetos pecuários nos limites da área. Para abrir a BR-174, foi organizada uma operação de "pacificação" e relocação dos Waimiri-Atroari pela FUNAI cujas estruturas dominam a vida desses índios até hoje*.

Depois de a população Waimiri-Atroari ter sido aglomerada em três grandes aldeamentos⁷ no final da década de 1970 e início da de 1980, e várias transferências e remanejamentos dirigidos pela *Frente de Atração Waimiri-Atroari* (FAWA) nos anos seguintes, existiam nove aldeamentos em 1985. Dois anos depois, uma área de aproximadamente 2.440.000 hectares foi declarada de ocupação dos Waimiri-Atroari⁸. No mesmo ano da criação do *Programa Waimiri-Atroari (convênio FUNAI/ELETRONORTE) - PWAIFE*, que, substituindo a FAWA, passou a dirigir a política indigenista nesta área a partir de 1987, o vale do Igarapé Santo Antônio do Abonari e seus afluentes tornou-se inabitável pelo fechamento das comportas da represa da UHE de Balbina, cuja construção foi iniciada na década de 1970. A água do reservatório tornou-se imprópria para o uso humano com a putrefação de floresta submersa, resultando na transferência forçada dos

4. A partir de 1979, em presas mineradoras subsidiárias do Grupo Paranapanema invadiram a Reserva indígena. Em 1981, a Reserva foi desfeita através de um Decreto Presidencial e redefinida como "área temporariamente interditada", desmembrando cerca de um terço da Reserva original. A parte desmembrada foi aquela invadida pela Paranapanema (Baines, 1991a:97-103; 1991b).

5. Em 1981, uma área de aproximadamente 10.344,90 km², encravada na área indígena, foi decretada de utilidade pública para a formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Balbina (Baines, 1991a:103).

6. O Sertanista da FUNAI, Gilberto Pinto Figueiredo Costa, chefiou a "Frente de Atração Waimiri-Atroari" (FAWA) de 1970 até sua morte no ataque contra o Posto Indígena Abonari, em dezembro de 1974. Um plano de "atração" fora implementado em 1968, chefiado pelo padre Calleri, com sua equipe da Prelazia de Roraima, visando afastar os Waimiri-Atroari da trajetória da estrada BR-174 e aldeá-los rias cabeceiras do rio Alalaú. Após a eliminação daquela equipe por um ataque indígena no final de 1968, o Delegado Regional da FUNAI, mma "Proposta de Convênio" ao DNER (29 de abril de 1970), manifesta seu plano de persistir a "... atrair e, sendo possível, deslocar esses índios ainda bravos da região cortada pela mencionada estrada". Em 1970, o Sertanista Gilberto Costa retomou os trabalhos de "atração", com a recuperação do Posto Indígena Camanaú e a criação de outros Postos: no rio Alalaú em 1971, o Sub-Posto Alalaú (destruído duas vezes pelos Waimiri-Atroari, posteriormente) e o de Abonari em 1972. O Sertanista especificou que a FAWA "tem como principal objetivo realizar a atração dos grupos indígenas Waimiri-Atroari (...) acelerando seu processo de integração na sociedade nacional, assim como realizar trabalhos de apoio aos serviços da estrada (...) BR-174" (Relatório da FAWA, de 27 de outubro de 1973).

7. Por "aldeamentos", refiro-me aos conjuntos de moradias Waimiri-Atroari e Postos Indígenas da FUNAI construídos sob a direção de funcionários da FUNAI, em distinção a "aldeias" construídas pelos Waimiri-Atroari sem a direção dos servidores. FUNAI, em distinção a "aldeias" construídas pelos Waimiri-Atroari sem a direção dos servidores.

8. Decreto No.94.606 rfe 14 de julho de 1987. Conforme informações divulgadas pelo Programa Waimiri-Atroari (Convênio FUNAI-ELETRONORTE), a área demarcada é de 2.585.911 hectares, homologada através do Decreto No.97.837, de 16 de junho de 1989.

aldeamentos de Tobypyna e Taquari⁹, ou seja, de aproximadamente um terço da população total.

Durante a construção da estrada e, posteriormente, quando a maioria dos Waimiri-Atroari passara a morar em aldeamentos próximos aos Postos Indígenas da FUNAI (a partir de 1978 e, sobretudo, em 1980-81), sua vida foi remodelada dentro do contexto de dominação imposto pelos numerosos servidores da FAWA, implantada a partir de 1970. Sua visão dos brancos antes e durante a "pacificação", como predadores que invadiam seu território, foi substituída pela censura da sua história e a absorção do discurso interétnico da FUNAI, nos aldeamentos onde os sobreviventes Waimiri-Atroari foram sujeitos a um controle que atingia todos os aspectos da sua vida.

As mudanças abruptas e violentas impostas durante a sua "pacificação" pela FAWA submeteram os Waimiri-Atroari a um estilo de vida totalmente alheio à sua vida anterior, seguindo o regime de trabalho e modelo social dos funcionários da FUNAI, e os obrigaram a se acomodar à dominação. Com a população drasticamente dizimada por epidemias que desestruturaram a rede de aldeias, os sobreviventes foram submetidos a campos de ressocialização forçada (os aldeamentos da FAWA) onde a única opção que tinham era de interiorizar as regras do jogo do indigenismo oficial norteado por um modelo de desenvolvimento econômico regional, adotando o modelo de "índio civilizado" da FUNAI. A FAWA pode ser caracterizada como uma "instituição total" (Goffman, 1990), porém, uma instituição total com particularidades bem distintas daquelas descritas por Goffman, por ser uma situação de contato interétnico entre índios e segmentos da sociedade nacional.

A colonização da língua indígena

Os jovens Waimiri-Atroari que se empenhavam em aprender português passaram a ridicularizar a sua própria língua, seguindo o exemplo de muitos funcionários da FUNAI que se referiam à língua indígena como "gíria", numa desvalorização constante. A linguagem de contato expressava, em si, a dominação dos Waimiri-Atroari pelos servidores e modelava esta relação. A maioria dos funcionários incorporava palavras da língua Waimiri-Atroari nesta linguagem, modificando-as, e os Waimiri-Atroari que conviviam mais com eles seguiam estas modificações da sua própria língua. Tais erros de pronúncia, por parte dos funcionários, não eram sem-

9. A homologação da área em si não garante as terras indígenas, considerando que empresas mineradoras do Grupo Paranapanema estão aliciando alguns Waimiri-Atroari a assinar Termos de Compromisso que permitem o avanço da empresa mineradora sobre o território indígena em troca de *royalties*, com a conivência de alguns funcionários da FUNAI. Começando com um "Termo de Compromisso" assinado em 26 de agosto de 1986, seguem, entre outros documentos, uma "Declaração" de 15 de maio de 1987, e o "Termo de Compromisso N°.001/89" de 24 de junho de 1989, entre a Mineração Taboca S.A. (Paranapanema) e os Waimiri-Atroari. O gerente do Programa Waimiri-Atroari e Superintendentes Regionais da FUNAI assinaram estes documentos como testemunhas.

pre falta de capacidade de articular as palavras Waimiri-Atroari, mas sim, uma modificação, que, embora não feita com consciência lingüística, era uma manifestação de desprezo. Assim, distanciavam-se dos Waimiri-Atroari, reconstruindo até a língua destes para tentar forçá-los a se submeter a seu mando e a repudiarem sua própria língua.

Além do fato de que a língua indígena apresentava dificuldades no nível estrutural de variação fonológica, pois os padrões sônicas das línguas que os servidores conheciam não correspondiam aos da língua Waimiri-Atroari, estas variações tinham, também, um sentido sócio-simbólico. Muitos funcionários acentuavam as suas próprias modificações nesta linguagem de contato, revelando não somente uma preocupação em se aproximarem da pronúncia Waimiri-Atroari, mas um esforço de arremedar a língua indígena em tom que a ridicularizava. Os Waimiri-Atroari que adotavam estas modificações expressavam a falta de auto-estima para com a sua própria língua, refletindo a assimetria da relação social entre servidor e Waimiri-Atroari. Para ganhar a boa vontade da equipe dirigente de servidores, os Waimiri-Atroari eram obrigados a adotar uma linguagem prejudicial à sua auto-estima. Como ressalta Hymes, no próprio estudo das línguas pidgins, essas línguas "têm sido consideradas, não como adaptações criativas, mas degenerações... Não foi o menor dos crimes do colonialismo convencer os colonizados de que eles, ou as maneiras em que são diferentes, são inferiores - de convencer os estigmatizados de que merecem o estigma" (1971:3). Todavia, Hymes refere-se às atitudes dos falantes e estudiosos, e não menciona que a língua de contato em si, como no caso dos Waimiri-Atroari, poderia ser uma construção que em si mesma articula o estigma, ele próprio constitutivo do "pidgin".

Quando iniciei minha pesquisa de campo em 1982, os jovens Waimiri-Atroari haviam interiorizado a ideologia dos funcionários que eles como "índios" "não sabiam" enquanto os servidores como "brancos" e "índios civilizados" de outros grupos indígenas que haviam sido colonizados há muito tempo "sabiam". Alguns jovens recrutados pelos servidores da FUNAI como "capitães" para transmitir as ordens da administração da FUNAI para os demais Waimiri-Atroari, exigiam "aulas" de letramento, incentivados por alguns servidores. Cumpriam tarefas de escrever e decorar palavras escritas em português com uma rigidez, seguindo as idéias impostas pelos funcionários a respeito de como deveria ser uma aula, não deixando-me fugir delas. Dedicaram-se a copiar e repetir as palavras com uma assiduidade que deu às suas "aulas" um aspecto mais parecido com um exercício de disciplina forçada, seguindo rigorosamente o horário de serviço dos funcionários, pois qualquer atividade que não fosse classificada como "trabalho" pelos funcionários foi proibida tanto por estes como pelos próprios capitães.

Muitos jovens Waimiri-Atroari apresentavam o letramento como um caminho para obter mais respeito dos servidores ao adquirir o status de "índios civiliza-

dos", conforme os padrões destes de como deveria ser o "índio". Os funcionários transmitiam todos os preconceitos da sociedade nacional quanto ao "índio", ensinando-lhes que sua própria língua era inferior à dos colonizadores. Muitos jovens, sobretudo os "capitães", recusaram-se a falar na sua própria língua quando se dirigiam a mim, e usavam português ao se dirigirem aos demais Waimiri-Atroari quando transmitiam as ordens de trabalho dos servidores da FUNAI, às vezes repetindo-as na sua própria língua para os Waimiri-Atroari que não entendiam português. Um irmão do capitão principal escrevia repetidamente, num caderno, frases como "Eu quero um saco de arroz", "Eu quero um relógio Seiko", "Eu vou para Manaus, Amazonas", "Manaus loja", "Cidade de Manaus", reproduzindo frases que refletiam um estilo de vida urbano dos funcionários.

Os "capitães" renunciavam a tudo o que os servidores associavam ao "índio", em oposição ao "índio civilizado" e "branco". Um irmão do capitão principal descrevia-me sua renúncia a ser cantor (*Eremí*), longo aprendizado em que os homens e mulheres aprendiam seqüências de um grande repertório de cantos com danças, diferentes para os respectivos sexos, para adquirir o status de "capitão" e "índio civilizado" na Frente de Atração, estes cantos que tinham seqüências prescritas que correspondiam aos movimentos do sol e da lua no céu, associados a seqüências de ritos, constituíam parte do corpo de conhecimento e cosmovisão da sociedade Waimiri-Atroari, o que incluía o xamanismo.

Outro capitão e sua mulher relataram-me que no passado o irmão do capitão principal era *Eremí* mas deixou de ser para ensinar português, apresentando uma dicotomia entre os "capitães" que falavam, ensinavam e estavam aprendendo a escrever em português, e *Eremí*, como duas categorias mutuamente incompatíveis. A atitude dos funcionários, que exigia "seriedade" dos "capitães" em oposição a "brincadeira", termo usado pelos servidores para se referir aos ritos indígenas, prescrevia tal dicotomia. Nos raros momentos em que o irmão do capitão principal comentava os ritos, ele mostrava um profundo conhecimento. Contudo, na maioria das vezes ele expressava vergonha de falar em tais assuntos.

A exigência de letramento foi imposto pelos servidores até ser interiorizada pelos jovens Waimiri-Atroari. Nas palavras de um servidor índio da FUNAI, nascido no Baixo Amazonas: "Estes índios não são como os índios do Baixo Amazonas que podem reclamar se não tem escola. Estes aqui não sabem nem o que é escola. Então, só se alguns funcionários dizem para eles muitas vezes que eles precisam de uma escola até que fica, eles vão pedir ... Eles precisam de uma escola porque eles precisam". O esvaziamento de sentido na oração causai caracterizava os argumentos que os funcionários apresentavam para justificar sua atuação.

O mesmo funcionário repetia para o capitão principal que os Waimiri-Atroari tinham que ter professores primários para aprender o português, esclarecendo para

mim: "O interesse da FUNAI é só que eles sabem ler. Não precisa ter pessoas formadas". Nas palavras de outro servidor da FUNAI: "Quando houver escola aqui, aí as coisas vão melhorar logo ... Com escola eles vão para frente mesmo!... Daqui a dez anos eles nem vão falar mais o idioma deles. Daqui a cinco anos estes Postos (Índigenas da FUNAI) vão se tornarem postos de produção como no Baixo Amazonas". Outro servidor índio do Alto Rio Negro repetiu: "Uma escola vai civilizar os Waimiri-Atroari". Torna-se evidente um processo ideológico na linguagem dos funcionários da FUNAI, em que "civilizar" equivale-se à reprodução das relações sociais assimétricas entre, por um lado, "índios", e por outro lado "índios civilizados" e "brancos".

Após um bombardeio contínuo de tais atitudes por parte de um contingente alto de funcionários (59 em 1983, quando a população Waimiri-Atroari era de 332 indivíduos dos quais a grande maioria tinha menos de vinte anos de idade), os jovens Waimiri-Atroari passaram a exigir, com insistência, a implantação de escolas nos Postos Índigenas. Em 1983, a Mineração Taboca do Grupo Paranapanema, que havia invadido a área indígena e posteriormente criado um argumento cartográfico para desmembrar aproximadamente um terço do total da reserva indígena original, construiu uma escola no Posto Indígena Terraplenagem onde reside o capitão principal. Em janeiro de 1984, a escola foi inaugurada pelo general Figueiredo, ex-Comandante Militar da Amazônia, junto com outros militares, funcionários da direção da Paranapanema e o superintendente regional da FUNAI¹⁰.

O indigenismo empresarial...

A partir de 1987, o *Programa Waimiri-Atroari (convênio FUNAI/ELETRONORTE) - PWAIFE*, substituiu a *Frente de Atração Waimiri-Atroari (FA WA)* da FUNAI (1970-1987), passando a dirigir a política indigenista nesta área. O *PWAIFE*, financiado pela ELETRONORTE, tem previsão para 25 anos de duração. Partiu da decisão para a construção da Usina Hidrelétrica de Balbina, sem consultar anteriormente a população Waimiri-Atroari. O *Programa* de assistência (Termo de Compromisso N.º. 002/87, de 3 de abril de 1987, entre a FUNAI e a ELETRONORTE), "objetivando a,implantação de programa de apoio às comunidades indígenas Waimiri-Atroari, em vista da inundação de parte de suas terras imemoriais pela UHE Balbina", foi criado na fase final das obras da barragem e poucos meses antes

10. No jornal manauara *Jornal do Comércio*, de 07 de janeiro de 1984, uma matéria declara que "O ex-Comandante Militar da Amazônia, Gen. Euclides Figueiredo, inaugurou ontem... o Centro Educacional 'Gen. Euclides de Oliveira Figueiredo' (nome do seu pai)... Segundo Kazuto (então delegado regional da FUNAI), o ensino é um dos instrumentos que a FUNAI escolheu como estratégia para desenvolver sua tarefa que é a de integração nacional,... (o delegado regional da FUNAI) agradeceu o apoio que as Torças Armadas têm dado à FUNAI... Depois, Kazuto agradeceu à empresa Paranapanema, que foi responsável pela construção da escola e da residência da professora".

do fechamento das comportas em outubro de 1987, o que resultou na inundação de uma área de cerca de 2928,5 km² (Mapa da Influência Antrópica da Hidrelétrica de Balbina, CSR, IBAMA, Brasília, 1992).

Toda a área inundada fazia parte do território dos Waimiri-Atroari até o início da década de 1970, e cerca de 311 km² da área inundada estão dentro do território que foi demarcado para os Waimiri-Atroari depois do desmembramento de 1981. Todos os afluentes dos rios Uatumã e Abonari tornaram-se inabitáveis, com a putrefação da floresta submersa. Assim, o atual *PWAIFE* oferece uma infra-estrutura assistencial subordinada ao fato consumado da inundação de uma parte do território indígena e modificação irreversível do ambiente. Eduardo Viveiros de Castro & Lúcia M.M. de Andrade afirmam que estas "medidas paliativas e tardias, de caráter cosmético, tomadas quando todas as decisões referentes à obra já foram efetuadas" são usadas para criar "uma falsa idéia de "participação" (1988:16).

A ELETRONORTE junto com a FUNAI realizaram, tardiamente, o deslocamento dos aldeamentos de Tobypyna (Abonari) e Taquari para os locais denominados Samaúma e Munawa (rebatizado Taquari) respectivamente, pouco antes que as comportas da UHE Balbina foram fechadas em outubro de 1986. Como mostra Márcio Ferreira da Silva (UNICAMP), que realizou pesquisas antropológicas junto aos Waimiri-Atroari em 1987(1993:14) para a sua tese de doutorado, e cuja pesquisa na área foi (como a minha) interrompida, a mudança da população Waimiri-Atroari de Tobypyna, no Igarapé Santo Antônio do Abonari, para o "médio Curiaú, escolhida pelos então indigenistas do *Programa Waimiri-Atroari* (PWA), causou uma série de constrangimentos políticos" (Silva, 1993: 35).

Referindo-se às transferências em consequência da inundação do reservatório da UHE Balbina, Silva observa:

"A 'teoria oficial' ... que postula a distinção de duas 'etnias', os 'Waimiri' e os 'Atroari' desempenhou um papel predominante no episódio. Agentes do truculento *Programa Waimiri-Atroari* da FUNAI/ELETRONORTE ... procuraram defender a transferência do grupo para a região escolhida no médio Curiaú com base no fato de que se tratava de um grupo 'Waimiri' que iria, afinal, para a vizinhança de outros grupos 'Waimiri'" (Silva, 1993:161, nota 29).

Silva adverte para os perigos de uma "teoria oficial" criada por uma instituição com dimensões e poderes empresariais como o *PWAIFE*. Revela que argumentos baseados em critérios raciais como diferenças de estatura, compleição física e tonalidade de pele, foram defendidos pelo próprio supervisor do *PWAIFE*, como

evidências da distinção entre "Waimiri" e "Atroari"¹¹, acrescentando que: "Esta hipótese não mereceria maiores atenções aqui se não tivesse adquirido, como disse há pouco, o estatuto de uma 'teoria oficial'" (Silva, 1993:48).

A política do *PWAIFE*, revela que os deslocamentos dos Waimiri-Atroari fazem parte de uma atuação autoritária de controle e de cooptação que a sua administração exerce sobre os índios (Baines, 1993a; 1993b). Sua atuação indigenista encaixa-se nos padrões apontados por João Pacheco de Oliveira (1990) para a região norte da Amazônia desde a implantação do *Projeto Calha Norte*, demonstrando estreitos laços com a política desenvolvimentista do Estado, articulada com os interesses de grandes empresas estatais e privadas. Isso fica evidente pelo fato de o próprio gerente do *PWAIFE*, ter assinado, entre 1986 e 1989, como testemunha, vários "Termos de Compromisso" entre a Mineração Taboca (do Grupo Parapanema) e alguns Waimiri-Atroari, de natureza extremamente desigual, favorecendo a empresa mineradora, além de uma "Declaração" firmada por cinco capitães Waimiri-Atroari, em 15 de maio de 1987, e as correspondências entre a FUNAI e a empresa datadas de junho de 1989, abrindo toda a área indígena dos Waimiri-Atroari à exploração mineral exclusivamente pela Parapanema.

Esta "Declaração", assinada também por representantes da mineradora junto com o mesmo gerente do *PWAIFE* e o então superintendente regional da FUNAI, como testemunhas, afirma que a comunidade Waimiri-Atroari (representada por cinco líderes) decide explorar as riquezas minerais dentro da área indígena em troca *deroyalties*, escolhendo, com exclusividade, o grupo empresarial Parapanema para realizar em seu território atividades de pesquisa e de extração mineral. A "Declaração" é escrita numa retórica de autodeterminação indígena, para dar a impressão de que a decisão de explorar minérios e a escolha da Parapanema com exclusividade partem dos Waimiri-Atroari. Entretanto, a própria redação do documento e a assimetria da proposta revelam que os capitães Waimiri-Atroari que o assinaram não foram informados adequadamente das conseqüências desastrosas para a sobrevivência do seu grupo étnico, já ameaçada por invasões recentes da mesma empresa, do avanço de mineradoras sobre o restante do seu território¹². Revela, ao contrário, que os capitães foram aliciados por pressões empresariais articuladas por funcionários que trabalhavam no *PWAIFE*. Os capitães vêm sendo incentivados a aceitar o serviço fiel à administração como garantia de privilégios, um acesso desigual a bens manufaturados, e status.

11. Paia uma discussão sobre a construção dos "Waimiri" e dos "Atroari" na história do indigenismo nesta área, e a apropriação desta divisão pelos índios, ver Baines (1991a: 210-216).

12. McKenzie mostra que a assinatura do "Tratado de Waitangi" por quarenta e seis lideranças Maori, em 6 de fevereiro de 1840, na Nova Zelândia, cedendo à rainha da Inglaterra "absoluta e incondicionalmente todos os seus direitos e poderes de soberania" sobre seus territórios, foi "uma armadilha" para os Maori que apenas sabiam assinar seus nomes (1987:183). Apesar de ser uma situação muito diferente daquela dos Waimiri-Atroari, McKenzie mostra como as versões em inglês de esse tratado, "de um ponto de vista europeu, condicionado a aceitar e aplicar evidência documental histórica como 'literalmente' verdadeira ou falsa ... tornaram-se uma arma política poderosa na legitimação da colonização dos Maori" (1987:188).

Apesar destes "Termos de Compromisso" entre a Paranapanema e os Waimiri-Atroari haverem sido invalidados, o processo de cooptação desencadeado entre os líderes Waimiri-Atroari estabeleceu uma precedência no sentido de prepará-los para as intenções da Paranapanema em estabelecer acordos diretos entre a empresa e estes líderes. Isso, assim que for concluída a legislação, atualmente em elaboração, que regulamenta a lavra mecanizada por empresas mineradoras privadas em áreas indígenas. O exercício desta relação de dominação foi possível em decorrência do controle sobre os índios e a associação da empresa com o poder estatal via *PWAIFE*.

Em 1989, o *PWAIFE* recorreu à manipulação de informações caluniosas a respeito da minha pesquisa antropológica, junto aos próprios Waimiri-Atroari, para criar uma atitude negativa quanto à minha presença na área. Há que lembrar, também, que no mesmo dia em que o gerente do *PWAIFE* programou a minha ida à área, no pretexto de uma "reunião de consulta" com os Waimiri-Atroari, mas na verdade, para me "expulsar" sob acusações de ser "ligado a interesses contrários ao desenvolvimento da comunidade indígena Waimiri-Atroari", o mesmo gerente assinou, como testemunha, junto com alguns Waimiri-Atroari e o então superintendente da FUNAI, mais um "Termo de Compromisso" com a Paranapanema.

Surpreso pela acusação de ser "ligado a interesses contrários ao desenvolvimento dos Waimiri-Atroari", perguntei aos jovens capitães quem era que estava dizendo isso. Responderam que "Ninguém está dizendo isso, está nos jornais", e que eles haviam lido nos jornais, "todo mundo sabe", acusando-me reiteradamente de "mentiroso", enquanto se retiravam da reunião. Por outro lado, surgiu um dado bastante revelador para esclarecer o que estava acontecendo. O Chefe de Gabinete do Superintendente Regional da FUNAI informou que os Waimiri-Atroari tinham conhecimento da série de matérias intituladas "Os índios na nova Constituição", publicadas, em agosto de 1987, pelo jornal *O Estado de São Paulo*, em que meu nome aparece, apresentando-me como se fosse agente de um suposto "cartel de estanho" internacional, usando índios como pretexto para tentar impedir o avanço de empresas de mineração privadas e nacionais sobre territórios indígenas, e assim defendendo os interesses de empresas mineradoras internacionais. Neste momento, ficou claro para mim que a suposta "reunião de consulta" fora organizada por funcionários da direção do *PWAIFE* para efetivar minha "expulsão" do território indígena, através do uso

13. A partir de 9 de agosto de 1987, o jornal *O Estado de São Paulo* passou a publicar diariamente, durante uma semana, esta série de matérias, veiculando denúncias sobre uma suposta "conspiração" internacional contra o Brasil, organizada por pessoas e grupos que se declaram defensores de interesses indígenas na Constituinte. Esta campanha jornalística, amplamente documentada (CNBB, CLVU, 1987; CEDI, 1987; Oliveira, 1990: 25-30), fazia parte das pressões das grandes mineradoras privadas para introduzir na Constituição um dispositivo que facilitaria suas pretensões de avançar sobre terras indígenas (a Constituição anterior somente permitia a atuação de empresas mineradoras estatais em áreas indígenas, apesar de muitas empresas privadas ignorarem a proibição), o que conseguiram. Durante a Comissão Parlamentar de Inquérito, instaurada para esclarecer a campanha jornalística, quando os documentos apresentados pelo jornal foram julgados "imprestáveis", o diretor do jornal, apesar de não revelar a sua procedência, declarou-se, publicamente, favorável à política da Paranapanema em áreas indígenas.

destas matérias caluniosas para me caracterizar diante dos próprios Waimiri-Atroari, como pessoa relacionada a "entidades prejudiciais ao desenvolvimento da comunidade Waimiri-Atroari", nas palavras do Chefe de Gabinete do Superintendente Regional da FUNAI. Fui imediatamente retirado da área indígena em viatura do *PWAIFE*, enquanto os Waimiri-Atroari presentes gritavam iradamente contra mim as mesmas acusações.

O que fica claro é que os Waimiri-Atroari não foram informados de que os documentos apresentados por este jornal foram julgados "imprestáveis" pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada em 1987 para esclarecer a questão. Aceitaram a palavra escrita como a "verdade", e o fato de terem lido essas matérias jornalísticas, após menos de dois anos de letramento nas escolas *do PWAIFE*, reforçou a versão oficial da realidade.

Street (1984, 1993) propõe um modelo "ideológico" de letramento, usando este termo "no sentido em que tem sido usado na antropologia contemporânea, na sócio-lingüística e nos estudos culturais, como o local de tensão entre, por um lado, autoridade e poder, e por outro lado, resistência e criatividade" (1993:8). Street ressalta que usa o termo "ideológico" porque "indica, de maneira explícita, que as práticas de letramento são aspectos não apenas da 'cultura' mas também de estruturas de poder" (1993: 7). O autor critica a ênfase dada na "neutralidade" e "autonomia" de práticas de letramento por autores como Goody, Olsen e Ong, por ser, em si mesma, "ideológica", no sentido de mascarar as relações de poder. O modelo "ideológico" pretende compreender a escrita encapsulada dentro das totalidades culturais e estruturas de poder, analisando o contexto ideológico e político em que a escrita é produzida e usada. Assinala (1984:105-109) que formas específicas de práticas de letramento faziam parte da ideologia dos educadores para impor a dominação.

Apesar dos impedimentos à continuidade de pesquisas antropológicas iniciadas antes da instalação do *PWAIFE*, a administração indigenista vem adotando uma política de seletivamente proibir ou permitir pesquisas antropológicas conforme os seus próprios critérios. *O PWAIFE* autorizou a realização de algumas pesquisas que não examinaram a política indigenista na área, apresentando-as para os Waimiri-Atroari como de interesse tanto para os índios como para *o PWAIFE* (uma pesquisa etno-botânica junto aos Waimiri-Atroari e outra pesquisa antropológica sobre medicina indígena), procurando um aval legitimador científico para a sua atuação.

...e a campanha publicitária

Apesar de fornecer um serviço de atendimento de saúde muito mais eficiente que o serviço extremamente deficiente *da FA WA*, e implantar um sub-progra-

ma educacional com escolas nos aldeamentos, o *PWAIFE* optou por sistematicamente excluir dos seus relatórios administrativos e propaganda as estatísticas demográficas baseadas em pesquisas antropológicas realizadas antes da sua implantação, citando estatísticas a partir de 1987, data do convênio entre a FUNAI e a ELETRONORTE. Esta opção serve aos interesses do *PWAIFE*, deixando parecer que a recuperação populacional dos Waimiri-Atroari ocorreu depois da implantação do *PWAIFE* e exclusivamente como consequência da sua atuação, exagerando assim sua eficácia e apresentando-o como se fosse a "salvação" dos Waimiri-Atroari. Deve ser ressaltado, que este é um dos principais argumentos usados pela ELETRONORTE para "legitimar" o *PWAIFE*, incluindo tentativas de diluir problemas sérios da sua administração apontados por pesquisadores que realizaram pesquisas antropológicas de doutoramento nesta área (Silva, 1993:54-57; Baines, 1992a; 1992b; 1993a).

Apesar da rápida recuperação populacional dos Waimiri-Atroari nos últimos anos ser um dos principais temas da política empresarial de marketing do *PWAIFE*TM, essa recuperação iniciou-se antes da sua implantação. Como mostra Silva, com base nas estatísticas demográficas obtidas durante sua própria pesquisa na área e as de uma equipe de vacinação do *Instituto de Medicina Tropical de Manaus (IMTM)* em 1987, comparadas com as estatísticas demográficas obtidas durante as minhas pesquisas para 1983, e dados do *PWAIFE* para 1991, a população Waimiri-Atroari teve uma recuperação populacional muito acelerada antes do início do *PWAIFE*:

"A população Waimiri-Atroari cresceu, 26,5% no quadriênio 1983-1987, e no quadriênio seguinte 1987-1991, a taxa caiu para 20,2%. O crescimento médio anual no período 1983-1987 foi de 6,05%, enquanto no período 1987-1991, foi de apenas 4,71%. Coincidência ou não, e com base em dados fornecidos pelo próprio *Programa Waimiri-Atroari*, é possível verificar uma notável queda na taxa de crescimento populacional (sobretudo se considera o tamanho da população), exatamente no período em que o *Programa* foi implementado para estes índios." (Silva, 1993: 69-70).

14. Que inclui um filme de propaganda de 9 minutos, em português, inglês, e italiano, usado nos vôos internacionais da VARIG. O filme apresenta o *PWAIFE* como a *salvação* dos Waimiri-Atroari, omitindo cuidadosamente estatísticas demográficas fundamentadas em pesquisas antropológicas para o período de 1983-1987, e termina com uma declaração que a sobrevivência da memória dos Waimiri-Atroari é uma obrigação que a ELETRONORTE assumiu. A ELETRONORTE publicou também folhetos coloridos de propaganda sobre o *Programa Waimiri-Atroari*, patrocinou a publicação de matérias jornalísticas na imprensa local e nacional, além de comercializar cartões postais e camisetas com desenhos Waimiri-Atroari. O *PWAIFE* também organizou um Seminário em Manaus em 1990, durante o qual a minha tese de doutorado foi publicamente depreciada como "focologia" por seu gerente, e uma exposição Waimiri-Atroari no Shopping de Manaus, em 1993.

Silva acrescenta:

"Não parece ser, portanto, gratuita a política de marketing intensiva do Programa Waimiri-Atroari que vem sendo veiculada, a partir do 2º semestre de 1991. O *Jornal do Brasil*, por exemplo, em sua edição do dia 29 de setembro de 1991, junto com vários jornais do Amazonas, divulgou, em sua 1ª página, a informação de que a população Waimiri-Atroari estava crescendo, segundo fontes da FUNAI/ELETRONORTE, a uma taxa de 7% ao ano!" (Silva, 1993: 70, nota 27)¹⁵.

Silva ressalta que a consideração deste parâmetro em isolamento não permite uma avaliação precisa do impacto à *PWAIFE*. Contudo, a recuperação populacional está sendo usada pelo *PWAIFE* em campanhas intensivas de marketing, apresentando-o como se fosse a "salvação da extinção" dos Waimiri-Atroari, com a omissão proposital de estatísticas demográficas de pesquisas antropológicas realizadas antes da sua instalação. O *PWAIFE* está sendo apresentado como um modelo de "indigenismo alternativo" capaz de fornecer bens e serviços às populações indígenas e ao mesmo tempo viabilizar harmoniosamente a implantação de grandes projetos em territórios indígenas. É aqui que se encontra o grande perigo para as populações indígenas, pois essa imagem construída sobre o *PWAIFE* presta-se facilmente ao papel de aval legitimador para políticas desenvolvimentistas que, comprovadamente, até hoje têm trazido enormes prejuízos para os povos indígenas. O caso da ELETRONORTE, até prova em contrário, não é exceção. Essa imagem do *PWAIFE* apresenta um grande risco de ser instrumento de ações nocivas ao bem-estar não só dos Waimiri-Atroari como de outros povos indígenas onde a ELETRONORTE atua ou vier a atuar.

Num folheto de propaganda¹⁶, elogiando a política e a atuação da ELETRONORTE junto aos índios Waimiri-Atroari e Parakanã cujas terras foram inundadas, respectivamente, pela UHE Balbina e UHE Tucuruí, afirma-se que "eram (os Waimiri-Atroari) aproximadamente 1.500 em 1974 e em 1987 estavam reduzidos a 374 pessoas" (página 6)¹⁷, seguido por um elogio dos benefícios fornecidos pelo *PWAIFE*, e estatísticas demográficas para o período de junho de 1987 a dezembro de 1991. As estatísticas apresentadas revelam que a população era de 417 indivíduos em junho de 1987 (página 11), em plena contradição com o que foi afirmado

15. A matéria, "Vaimiris suportam porções e sobrevivem com valentia", em que o jornalista Orlando Farias afirma que "a tribo in ciou o ano de 91 com uma grande festa para saudar o nascimento dos 500º Vaimiri, contabilizando um número intrigante até mesmo para a Fiinai: Uma taxa de crescimento demográfico de 7% ao ano, 5% mais alta que a da própria população brasileira. Intrigante ainda é o fato de mortalidade infantil ter desaparecido."

16. FJetrnode: Hetrobrás: Ministério de Minas e Energia, *Ambiente Desenvolvimento: Comunidades Indígenas*, s.d.

17. Silva (1993:69) afirma, baseado em suas próprias estatísticas e nas do Instituto de Medicina Tropical de Manaus (IMTM), que em 1º de julho de 1987 a população Waimiri-Atroari era de 420 indivíduos.

na página 6 do mesmo folheto. Conforme este folheto, o crescimento médio anual para o período de junho de 1987 a dezembro de 1991 foi um pouco mais alto que a taxa fornecida por Silva para o período de julho de 1987 a julho de 1991, porém abaixo da taxa de crescimento para o período dos quatro anos anteriores *ao PWAIFE*. Não é apenas excessivamente alta a estimativa da população Waimiri-Atroari para 1974¹⁸, mas, a história documentada da recuperação populacional para o período de 1983 a 1987 é, novamente e convenientemente omitida, fazendo a política paliativa e tardia do *PWAIFE* corroborar, verbalmente, o mito indigenista de salvação elaborado por seus mentores.

A mesma estratégia foi adotada num filme documentário divulgado a nível nacional na televisão em abril de 1994¹⁹, em que, mais uma vez, as estatísticas demográficas baseadas em pesquisas antropológicas realizadas antes de 1987 foram omitidas. Esta manipulação de estatísticas demográficas é usada no filme como o argumento principal para legitimar o *PWAIFE*, junto com o fato da demarcação e homologação da Reserva Indígena durante a sua gestão, apresentando-o como um grande sucesso na história da política indigenista: "uma proposta indigenista diferente", que, nas palavras do seu supervisor, "conseguiu colocar em prática o que todos os indigenistas sonhavam". Declara-se, pomposamente, no fim do filme, que o *PWAIFE* "parece ter revertido o quadro terminal de um povo".

O texto do filme, depois de apresentar algumas críticas à UHE Balbina, ressalta que a partir de 1987, a criação de um *Departamento de Meio Ambiente* na ELETRONORTE marca uma mudança básica na política da empresa. Os deslocamentos compulsórios dos Waimiri-Atroari dos aldeamentos de Tobypyna e Taquari atingidos pela inundação e a sua relocação em Samaúma e Munawa respectivamente, são apresentados nesse filme documentário *como se* os locais novos tivessem sido "escolhidos pelos próprios índios". Silva revela como a "teoria oficial" sobre os Waimiri-Atroari, que orientou o planejamento e a efetivação desses deslocamentos compulsórios por funcionários da administração indigenista, levou à criação de uma situação de extrema tensão entre os Waimiri-Atroari no caso do deslocamento de Tobypyna para Samaúma (1993:

18. Ressalto que os dados demográficos referentes aos Waimiri-Atroari no passado são muito imprecisos e contraditórios, raramente havendo menção de como foram calculados ou os motivos. Segundo o Censo Indígena do S.P.I., de agosto de 1959, havia 957 Waimiri-Atroari em contato com os Postos Indígenas de Camanaú e Alalaú. O telegrafista Raimundo Pio de Carvalho Lima, em ofício de 16 de junho 1965, dirigido ao Chefe regional do S J*.I., relata que os "Waimiris" eram cerca de 600, porém não especifica quais aldeias ele abrange nesta categoria. O sertanista da FUNAL, Gilberto Pinto Figueiredo Costa, que havia andado extensivamente nas aldeias, além de as haver sobrevoado, no Relatório da FAWA de 27 de outubro de 1973, admitiu que "A Frente de Atração não possui dados reais sobre número de indígenas... Contudo, estimativas do signatário do presente Relatório, dão de 600 a 1.000 número de índios". Em 07 de agosto de 1977, o sertanista Sebastião Nunes Firmo, em Relatório do Coordenador da FAWA, estimou a população Waimiri-Atroari em tomo de 500 (Baines 1991a: 74-78).

19. *Energia Elétrica no Brasil - Obras Amazônicas*, roteiro e direção de Romain Lesage.

a pesca e a saúde dos índios neste principal rio que atravessa o território dos Waimiri-Atroari, e do qual os índios dependem para sua subsistência, revelam que o alegado "compromisso" da Paranapanema com a preservação do meio ambiente não passa de uma retórica "verde" para escamotear a lesmação ambiental (Baines, 1991b; 1991c; 1993a: 238; *Islo É*, 20 de maio de 1987, p. 41).

48; 54-55; 161-163)²⁰. De fato, o que representa esta mudança na política da empresa é uma tendência recente entre empresas estatais e privadas de criar uma retórica "de preocupação ambiental" e "ecológica" para os projetos de desenvolvimento de grande escala na região amazônica²¹ (ver Albert, 1991, para uma discussão da estratégia de "ecologização" da retórica desenvolvimentista na Amazônia).

Este filme documentário ressalta também o papel de indenizações na "salvação" dos Waimiri-Atroari, ao permitir o financiamento de projetos assistenciais. Levando em consideração que em outras áreas os projetos de desenvolvimento de grande escala como hidrelétricas e de mineração têm trazido enormes prejuízos para as populações indígenas, o papel das indenizações em mitigar estes prejuízos é altamente questionável. Frequentemente, as indenizações são mal administradas, e usadas para criar dependências e aliciar líderes indígenas a aceitarem acordos extremamente desiguais com as empresas envolvidas. Isto é, quando não há corrupção indisfarçada, a constituição de clientelas locais, e a neutralização de quaisquer críticas, além de um fortalecimento da desigualdade entre os próprios índios, que conduz a divisões e transtornos sociais (Viveiros de Castro & Andrade, 1988:7; Oliveira, 1990: 22-23).

Um artigo de propaganda, "A Brazilian Tribe Escapes Extinction", escrito por Cherie Hart, foi publicado numa edição especial da Revista *World Development: Aiding Remote Peoples*, vol.04, n.º.2, 1991, do PNUD. Como no filme documentário acima mencionado, após declarações que admitem que a UHE Balbina "atualmente é considerada uma atrocidade ambiental"²², o artigo argumenta que, "Numa mudança dramática na sua política, a ELETRONORTE... criou um Departamento de Meio Ambiente em 1987", e, como consequência disso, "Para os Waimiri-Atroari as mudanças nas atitudes dos brasileiros significam a salvação da extinção".

Na primeira página (e na página 17) do *Jornal do Brasil*, de 20 de setembro de 1993, outra matéria jornalística afirma com respeito aos Waimiri-Atroari: "Reduzidos a apenas 400 pessoas no final da década passada, eles são hoje 570 índios e retomaram o crescimento populacional de 12% ao ano". Acrescenta-se que "A

20. Silva menciona (1993:161) que ele não teve oportunidade de observar o deslocamento de Taquari para Munawa

21. Ver, por exemplo, o trabalho do então funcionário da Paranapanema, Hanan (1991), apresentado por Otávio Lacombe no Seminário Internacional, "A Desordem Ecológica na Amazônia" (Belém, 31 de outubro de 1990), e também no "Simpósio sobre Política Mineral", Câmara dos Deputados, Comissão de Minas e Energia, Brasília, D.F., 19-20 de junho de 1990. Neste trabalho, Hanan cita a Mina de Pitanga, localizada na área desmembrada, em 1981, da Reserva Indígena Waimiri-Atroari, como exemplo da "preservação do meio ambiente", argumentando que o Grupo Paranapanema assumiu este compromisso, "aplicado... com destaque, nas atividades de mineração na Amazônia" (1991:303). Hanan acrescenta: "No complexo Pitanga tem-se como filosofia básica a harmonização da atividade minerária com a proteção ambiental e com o desenvolvimento regional" (1991:304). A violenta destruição ambiental na área ocupada pela Mina de Pitanga e a contínua poluição do rio Alalaú com detritos desta mina, seriamente prejudicando

22. A construção da UHE Balbina tem sido muito criticada como um grande projeto inviável em termos da baixa produção de energia elétrica comparada aos imensos investimentos, e a vasta área inundada com prejuízos ecológicos e humanos irreversíveis. A obra atendeu, em primeiro lugar, aos interesses das grandes empresas construtoras, de gerar lucros.

extinção parecia próxima em meados dos anos 80, quando o povo (...) estava reduzido a apenas 400 indivíduos", e que com as indenizações da ELETRONORTE, "por iniciativa própria, estão realizando projetos ambientais...". Conforme as estatísticas apresentadas no folheto de propaganda acima citada (nota 16), e aquelas apresentadas nesta matéria jornalística, a população aumentou de 532 no final de 1991 a 570 até setembro de 1993, revelando um crescimento médio anual, neste período de um ano e nove meses, abaixo (e longe do alegado 12%) do crescimento médio anual de 6,05% apresentado por Silva para o período de 1983-1987, anterior à implantação do *PWAIFE*. A manipulação dos dados estatísticos é evidência de como a ideologia nos textos escritos - da salvação dos índios - reforça o poder das grandes empresas no território indígena.

Um indigenismo empresarial que tem o poder da mídia para criar e veicular imagens dos Waimiri-Atroari, construídas conforme os interesses da empresa, a nível nacional e internacional, age no sentido de legitimar a "teoria oficial" a respeito desse povo indígena. Com a participação da ELETRONORTE no indigenismo oficial do Estado, alguns capitães Waimiri-Atroari são informados sobre a política da empresa²³. Cabe ressaltar que apesar do seu supervisor apresentar o *PWAIFE* como "indigenismo alternativo", a incorporação dos capitães Waimiri-Atroari na sua administração não constitui "o surgimento de uma 'comunidade de comunicação e de argumentação', criada no processo de 'planejamento, execução e avaliação', destacado por Stavenhagen (1985)" (Cardoso de Oliveira, 1994: 24-25), no seu conceito de etnodesenvolvimento, nem assegura a possibilidade da efetivação das relações interétnicas em termos simétricas (ibid.). Ao contrário, as imagens construídas dos Waimiri-Atroari através da mídia escamoteiam as relações sociais desmedidamente assimétricas estabelecidas por uma administração indigenista que exclui os índios dos processos decisórios de planejamento, execução e avaliação, mas os incorpora na sua política publicitária (Baines, 1994a: 27-35). Em documentários (ver notas 14 e 19) e reportagens de televisão²⁴, as lideranças locais aparecem, em diálogo com técnicos e administradores, criando uma imagem para o público, com todo o poder da mídia, de que estivessem em relações simétricas e mais democráticas.

Esses exemplos de propaganda tendenciosa podem ser interpretados como tentativas de defender interesses empresariais, distorcendo a atuação de uma administração indigenista que, a partir de 1987, seletivamente tem proibido a continua-

23. Em 17 de setembro de 1993, quando dois Waimiri-Atroari estavam em Brasília, um dos capitães principais comentou comigo que o supervisor da *PWAIFE* o informara de que o Cel. Zanoni, atualmente da direção da ELETRONORTE (motório no início da década de 1980 por seus "critérios de indianidade", quando trabalhava na FUNAL onde também trabalhava na mesma época o supervisor do *PWAIFE*), estava no Japão, acompanhando o presidente da ELETRONORTE, para pleitear verbas para a empresa junto ao governo japonês.

24. Como o reportagem divulgado no programa "Fantástico" da Rede Globo, em 22 de outubro de 1995.

ção de pesquisas antropológicas junto aos Waimiri-Atroari. E esta proibição tem sido exercida em nome da autodeterminação indígena. Os novos líderes Waimiri-Atroari têm sido sujeitos a campanhas publicitárias intensivas, e incorporados às mesmas, sendo assim, impedidos de ter acesso a informações que lhes dariam oportunidades de questionar os interesses empresariais atrás desta política indigenista. Isto é um exemplo claro da maneira como pressões exercidas por grandes empresas podem produzir uma retórica de autodeterminação indígena que escamoteia as imensas desigualdades da situação de contato interétnico entre grandes empresas e populações Indígenas. Através da palavra escrita, impressa, fotos e filmagens, utilizadas em campanhas de publicidade, as pressões empresariais moldam a "versão oficial" da realidade dos Waimiri-Atroari, incorporando os próprios índios nessa "realidade" criada e recriada pela publicidade. Assim, a administração constrói imagens dos índios como parte da sua política de publicidade, os índios participando dessa reconstrução da sua própria imagem dirigida para atender aos interesses da empresa.

Deve se lembrar que uma nova estratégia de empresas mineradoras do Grupo Paranapanema, empenhadas em avançar sobre o território dos Waimiri-Atroari (no qual alegam existir alguns dos depósitos de cassiterita mais ricos e extensos do Brasil), é de favorecer a demarcação da área indígena e exercer seu poder econômico, num relacionamento desmedidamente assimétrico (Cardoso de Oliveira 1976 :56), para tentar persuadir os líderes Waimiri-Atroari a assinar acordos diretos entre a comunidade indígena e as empresas, em troca de indenizações na forma *deroyalties* para financiar projetos assistenciais de desenvolvimento comunitário.

Agradecimentos: À Profa. Izabel S. Magalhães pelo convite para participar nesse Seminário, e também por ter lido o trabalho e oferecido seus valiosos comentários. A Dra. Maria Cândida Drumond Mendes Barros por seus comentários sobre o trabalho durante o Seminário. A responsabilidade pela versão final é a minha.

Referencias Bibliográficas

- Albert, B. Terras indígenas. Política ambiental e geopolítica militar no desenvolvimento da Amazônia: A propósito do caso Yanomami. In: Léna, P. & A. E. de Oliveira (orgs.) *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991, pp. 37-58. (Coleção Eduardo Galvão)
- Baines, S. G. *"É A FUNAI QUE SABE": A Frente de Atração Waimiri-Atroari*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPq/SCT/PR, 1991a. (Adaptação de tese de doutorado apresentada no Departamento de Antropologia, Universidade

de Brasília, 1988).

_____. Dispatch: The Waimiri-Atroari and the Paranapanema Company. *Critique of Anthropology*, 11 (2) 143-153, 1991b.

_____. Dispatch II. Anthropology and commerce in Brazilian Amazônia: research with the Waimiri-Atroari banned. *Critique of Anthropology*, 11 (4) 395-400, 1991c.

_____. A política indigenista governamental e os Waimiri-Atroari: administrações indigenistas, mineração de estanho e a construção de "autodeterminação indígena" dirigida. *Série Antropologia*, 126, Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 1992a.

_____. La raison politique de l'ignorance ou Fethnologie interdite chez les Waimiri-Atroari. *Recherches Amérindiennes au Québec*, XXII (1) 65-78, 1992b.

_____. O território dos Waimiri-Atroari e o indigenismo empresarial. *As Sociais Hoje*, 1993. São Paulo: ANPOCS/HUCITEC, 1993a, pp. 219-243.

_____. Censuras e memórias da pacificação Waimiri-Atroari. *Série Antropologia*, 162. Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 1993b.

_____. Epidemics, the Waimiri-Atroari Indians and the politics of demography. *Série Antropologia*, 162. Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 1994.

Bandeira, A. *Jauapery*. Manaus, 1926.

Barbosa Rodrigues, J. *Pacificação dos Crichanás, rio Jauapery*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

Cardoso de Oliveira, R. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

_____. O movimento dos conceitos na antropologia. *Revista de Antropologia*, 36: 13-31, 1994 (São Paulo: USP).

CEDI. Mineração em terras indígenas na nova Constituição: a campanha do jornal "O Estado de S. Paulo" e os interesses das mineradoras. Encarte de *Tempo e Presença*, n° 223. São Paulo: Centro Ecumênico de Documentação e Informações, 1987.

CNBB, CIMI. *A verdadeira conspiração contra os povos indígenas, a Igreja e o Brasil*. Coronário Editora Ltda., 1987.

Goffman, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1990 [1961].

Hanan, S. A. (Grupo Paranapanema). As dificuldades da mineração na Amazônia. In: Aragón, L. E. (org.) *A desordem ecológica na Amazônia*. Belém: UNAMAZ/UFPA, 1991, pp. 293-325.

Hymes, D. Prefácio. In: *Pidginization and creolization of languages: proceedings of a conference held at the University of the West Indies, Mona, Jamaica, April*

1968. Cambridge University Press, 1971, pp. 3-11.
- Mckenzie, D. F. The sociology of a text: oral culture, literacy and print in early New Zealand. In: Burke, P. & R. Porter (orgs.) *The social history of language*. Cambridge University Press, 1987, pp. 161 -197.
- Oliveira, J. P. Segurança das fronteiras e o novo indigenismo: formas e linhagem do Projeto Calha Norte. In: Oliveira, J. P. de (org.). *Projeto Calha Norte: militares, índios e fronteiras*. Rio de Janeiro: UFRJ; PETI - Museu Nacional (Antropologia e Indigenismo, n° 1), 1990: 15-40.
- Payer, R. Reisen im Jauapiry - Gebiet. *ImPetermanns Geogr. Mitteilungen*. Heft X: Gotna, 1906, pp. 217-222.
- Silva, M. F. da. Romance de primas e primos: uma etnografia do parentesco Waimiri-Atroari. Tese de doutorado apresentada ao PPGAS, Museu Nacional, UFRJ, 1993.
- Stavenhagen, R. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. *Anuário Antropológico*, 84: 11-44,1985.
- Street, B. *Literacy in theory andpractice*. Cambridge University Press, 1984.
- _____ (ed.) *Cross-cultural approaches to literacy*. Cambridge University Press, 1993.
- Viveiros de Castro, E. & Andrade, L. M. M. de. Hidrelétrica do Xingu: o Estado contra as sociedades indígenas. In: Santos, L. A. de & L.M.M. de Andrade (orgs.) *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. Comissão Pró-índio de São Paulo, 1988, pp. 7-23.